

# PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA PERIFERIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

José Bertoldo Brandão Filho<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste texto propomo-nos a refletir sobre as novas investidas de modernização urbana em Nova Iguaçu e suas influências nas relações de trabalho no comércio e nos serviços. Para tentar entender melhor o trabalho no terciário, fizemos uma abordagem teórico conceitual de questões do trabalho e da urbanização, dando ênfase às transformações mais recentes e, fundamentados em entrevistas realizadas. Posteriormente analisamos as chaves dos processos de inclusão/exclusão através das modernizações ocorridas no referido espaço.

## ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

Para tentar entender os recentes processos de modernização urbana e suas influências na força de trabalho no terciário em Nova Iguaçu, fez-se necessário a abordagem de alguns conceitos relativos a força de trabalho como mercadoria. Neste sentido, referiu-se MARX:

“a circulação ou troca de mercadoria não cria qualquer valor. Daí resulta a introdução do conceito de força de trabalho. Para poder extrair um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário que o possuidor do dinheiro tivesse a feliz possibilidade de descobrir no meio da circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor-de-troca, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e, conseqüentemente, criar valor” (In: GAUDEMAR, 1977:188).

As análises sobre o trabalho no período industrial, tiveram como centro as profundas mudanças então em curso no trabalho produtivo. Outras formas assumidas pelo trabalho, relativas à distribuição e à reprodução, tais como serviços e comércio, receberam menor atenção. Afinal, nos países com o comando do desenvolvimento das forças produtivas, a classe operária assumiu o comando da luta de classes, mesmo que nas vanguardas políticas e acadêmicas atuassem as classes médias e a pequena burguesia urbanas. Entretanto, ao buscarmos orientação nas obras de MARX encontraremos aportes que ajudam a compreender o nosso objeto. É importante esclarecer que entendemos a totalidade como principal preocupação do autor. Outrossim, é necessário mergulhar profundamente em cada segmento construtor da totalidade, para reconhecer as suas especificidades e a sua participação na dinâmica da totalidade (na forma e nos processos do ser social).

Vejamos o que MARX diz sobre produção e consumo. “Cada um deles é imediatamente o seu oposto. Porém ao mesmo tempo há um elemento mediador entre os dois. Somente no consumo o produto se afirma enquanto produto” (1973: 13).

É evidente que o trabalho realizado na comercialização de mercadorias, inscreve-se na formação do excedente e da mais-valia. Entretanto, este trabalho se diferencia daquele envolvido na produção, mesmo que sua participação seja indispensável à realização do capital com a transformação da mercadoria em lucro. O modo de produção capitalista para se reproduzir necessita acumular excedente através de mais-valia relativa e/ou absoluta, o que resulta de um processo paralelo e vertical do movimento do capital e da força de trabalho, tendo como matrizes básicas a produção e a reprodução social. No interior desse movimento paralelo, nem sempre linear, ocorrem ritmos diferenciados, em maior velocidade no caso do capital. A força de trabalho envolvida na circulação é organizada e distribuída nas diferentes esferas capitalistas, sendo criadas diferenciações espaciais, setoriais e profissionais. Há, neste movimento, complexas articulações capital-trabalho.

Várias foram as mudanças técnicas ocorridas nesses dois séculos, porém, as mais visíveis, aquelas que tocam mais fundo as relações entre capital e trabalho, referem-se ao maquinismo, à eletricidade, aos meios de transportes, à eletrônica e aos processos de informatização, característicos deste final de século. Estas mudanças técnicas transformam indústrias, alteram profundamente o uso do solo urbano e a vida da população trabalhadora.

Em cada grande período histórico reconfigura-se a divisão do trabalho. Com a revolução industrial, o maquinário e a produção organizada em centros industriais criaram também condições de mobilização mais acelerada tanto de recursos (inclusive financeiros) como de trabalho, principalmente nos países

---

<sup>1</sup> . Bacharel e licenciado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Bolsista de Apoio Técnico - CNPq

centrais. Esse desenvolvimento conduziu a novos patamares de exigências técnicas e à reorganização territorial dos fatores de produção, resultando em novos modos de vida. Entretanto, em cada uma dessas fases ocorrem conflitos em maior ou menor grau, resultantes de movimentos contraditórios no processo de inclusão/exclusão de segmentos sociais expressivos da industrialização. Esses movimentos nem sempre são imediatamente manifestados ou amplamente percebidos e compreendidos.

Os conflitos do período industrial foram amplamente registrados, inclusive proporcionando a elaboração da teoria do “valor trabalho” MARX e ENGELS, (1988:60), inscrito na transformação da natureza em mercadoria, que completa o seu ciclo através do valor de troca que se realiza no mercado. Esse movimento se dá reproduzindo, dialeticamente, as relações capital-trabalho. O contexto da industrialização foi o que permitiu a consolidação do ideário da burguesia, mas, por outro lado, também tornou visíveis as contradições entre o processo de acumulação de capital e a acentuada exclusão ou instabilidade vividas pelas classes subalternas. Na produção industrial, embora nem sempre tenha sido fácil a identificação dos interesses das classe trabalhadora, as relações de exploração se tornam mais visíveis. Na circulação, indispensável à captura do excedente, a compreensão dos sentidos assumidos pelo trabalho também se torna mais complexa. O trabalho aparece, às vezes, de forma ocasional e, até mesmo, dispensável, sendo incorporado ao capital como um elemento complementar naturalizado, e não conflitivo e antagonico.

Neste século, “os grandes impactos da industrialização e a expansão territorial do trabalho ocorrem com base em novos avanços técnicos alcançados a partir da Segundo Guerra Mundial” CARLEIAL, (1997:15) sobretudo na escala dos impérios que articulam a reorganização territorial decorrente dos acordos entre os vencedores da guerra. O modelo fordista se impõe, superpondo-se ao modelo taylorista de produção. Associado ao keynesianismo, o fordismo leva a um novo período de acumulação, chamado de “período de ouro do capital” HOBBSAWM, (1995:398-9). O modelo político keynesiano de bem estar social, com forte redistribuição de renda realizada através do Estado (políticas sociais), se associou ao modelo fordista de produção, gerando forte promoção do consumo de massas.

O pós fordismo e o modelo japonês em gestação desde os anos 70 ganham centralidade crescente, o que dá origem à flexibilização das formas de organização do trabalho também no campo da circulação, através do aperfeiçoamento de métodos e técnicas de administração de recursos, inclusive humanos. Trata-se de uma evolução que alcança muito rapidamente o consumo, resultando em mudanças comportamentais impostas às camadas médias e baixas da sociedade - sobretudo das sociedades periféricas - que, quase sempre, têm que “dançar de acordo com a música”. Por outro lado, a transformação cientificamente planejada da produção, por parte das frações hegemônicas, atinge escalas cada vez mais globalizantes. Neste sentido, tem sido formados grandes complexos em setores especializados, obrigando o trabalhador à busca de formas de ampliação dos seus conhecimentos. Trata-se de uma busca de ajuste individual às necessidades do mercado, cada vez mais competitivo e excludente. Nesse contexto, a capacidade de organização coletiva da classe trabalhadora, e de percepção das contradições, também diminui consideravelmente.

As mudanças que ocorrem no mercado de trabalho têm uma origem no núcleo central da economia, entendido como grandes firmas, que se flexibilizam, se desverticalizam e desencadeiam todas as demais mudanças. Entretanto, “o Brasil não conseguiu construir uma sociedade salarial e então não conseguiu construir um sistema amplo de proteção e benefícios sociais” CARLEIAL, (1997:19), implicando em maior conflito entre as vanguardas da modernização e os setores tradicionais da produção e da distribuição, o que se manifesta com maior ênfase nas periferias das metrópoles.

Essas novas mudanças na economia manifestam-se através da flexibilização do processo de trabalho, vinculada ao aumento da produtividade, ao alcance da denominada qualidade total e crescente variedade produtiva. A flexibilização atinge, primeiramente, a organização produtiva do sistema fabril, estendendo-se, com a informatização, ao gerenciamento, à distribuição e ao consumo, tendo como centro motriz o capital financeiro. Esta fração comanda as regras do jogo, não somente econômico, mas também político e cultural. A cultura também se transforma em mercadoria, com um potencial de reconfiguração simbólica dos produtos e serviços e, logo de consumo jamais visto anteriormente. “A relação entre espaço, cultura e tecnologia de comunicação..., difunde novos objetos que vão fazer parte do consumo e encadeia novas atividades e emergências de novas categorias profissionais no mercado de trabalho” (SILVA, 1994:86).

Essas transformações atingem a organização espacial, oriunda do período industrial, de forma diferenciada. Nas principais metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, com grande heterogeneidade em sua organização espacial, as periferias resultam de um processo de expansão industrial que deu origem a “bolsões” de reserva de mão-de-obra, ao setor informal, ao comércio e aos serviços. Atualmente, alguns espaços periféricos tendem a se transformar em novos centros econômicos.

Os movimentos sindicais, bem como os movimentos populares, que tiveram um crescimento substancial durante os anos 80, na metade dessa década começam a sentir, em seu processo de organização, os impactos das transformações produtivas e na organização da vida política.

As transformações atuais no âmbito das relações economia-espço estão associadas à intensas mudanças nas relações capital/trabalho. “As formas de organização da classe trabalhadora dependem bastante do acúmulo de trabalhadores da fábrica para serem viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso a sistemas de trabalho familiares e domésticos” HARVEY, D. (1993:145). Na nova organização da produção e do consumo, as dificuldades se acentuam quando estão relacionados à distribuição, comércio, serviços e/ou atividades informais, e podem ser evidenciadas nas estratégias de sobrevivência, em micro e pequenas empresas ou no trabalho informal. A expansão destas inserções é acompanhada de um falso ideário de liberdade e independência nas relações patrão-empregado. Assim, se dilui o conflito, ou melhor, este é camuflado nos subterrâneos da vida social.

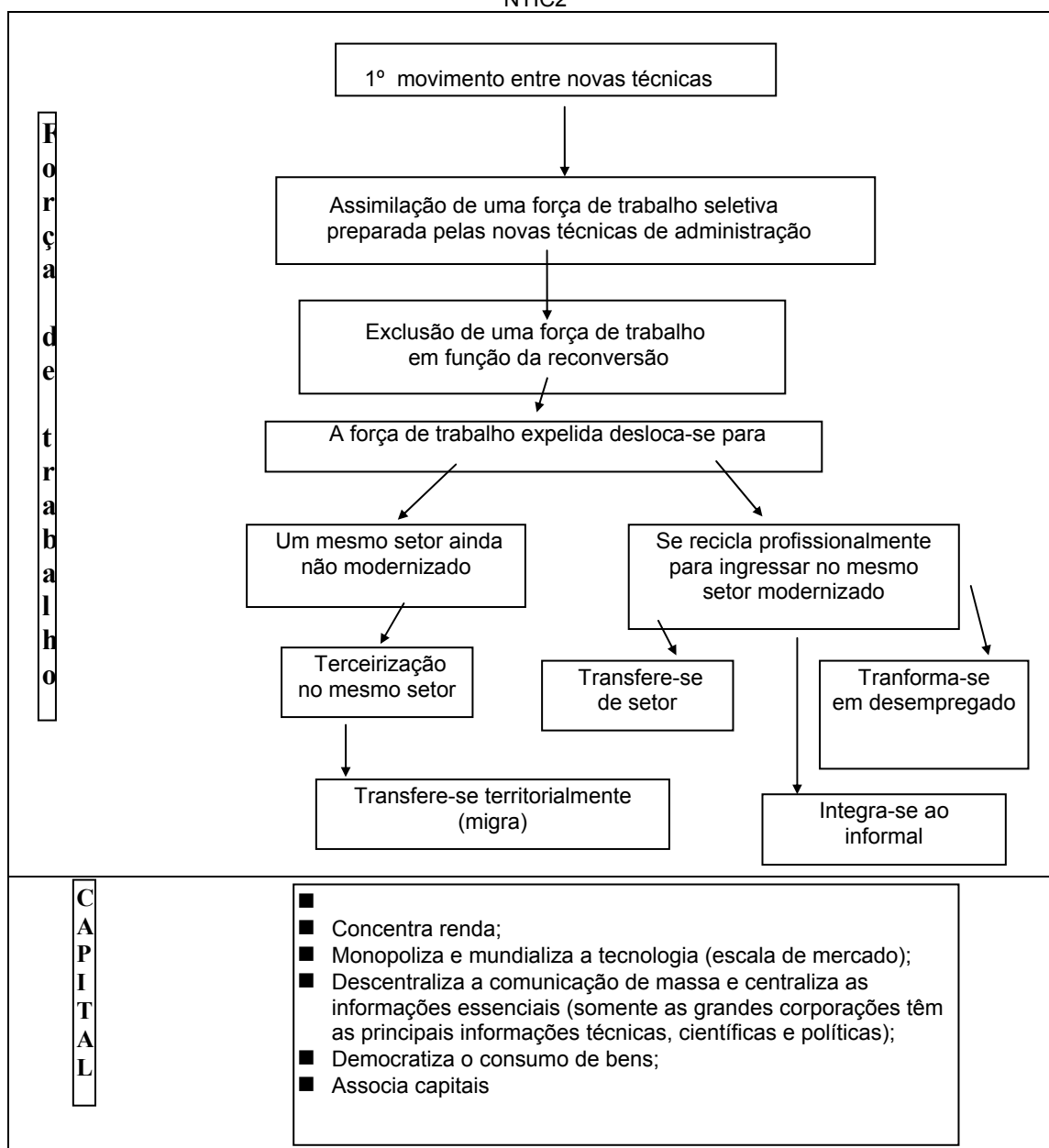
A presença multinacional tornou-se muito comum na forma de franquias que, impondo um padrão de produtividade e de qualidade total, que são controladores do tempo e da iniciativa do sub-contratado. Esses formatos transformam o trabalhador num aparente parceiro no processo produtivo e na distribuição. “Na verdade, a sua autonomia, no que diz respeito ao que produzir, como produzir, a que preço e para quem, é bastante limitada. A abertura dos mercados é vista como uma panacéia que deve atender a todos os participantes, os incluídos e os entrantes” TAUJLE, (1997:27). “As tecnologias de produção, nos permitem produzir, transformar ou manipular coisas... É evidente, por exemplo, a relação entre manipulação das coisas e a dominação..., onde cada técnica de produção requer a modificação da conduta individual, não somente das habilidades mas também das atitudes” FOUCAULT (1988:49).

Os corpos aparentemente libertos dos controles da organização produtiva, estão, na fase atual, dirigidos em parte pelo “controle remoto” do capital, sendo também parcialmente militarizados no espaço de consumo e condicionados às relações sociais e de produção. Portanto, devemos ter em conta que a perda do trabalho como referência, dentro do novo formato de organização na qual o emprego é cada vez mais extinto, induz a uma quebra das relações coletivas, há uma fragmentação ainda maior do trabalhador enquanto ser social, uma vez que também na família a sua condição de trabalhador “empregado” representou um nível considerável de “status”, principalmente no período de predomínio industrial. Na nova fase, onde as novas tecnologias de informação e comunicação, assediados pelo capital financeiro, assumem o comando das mudanças espaciais, há uma complexidade cada vez maior na organização das relações sociais em território tido como periférico.

“O trabalho não é possível senão como uma atividade coletiva” RIBEIRO, (1996:67). As alterações nas relações sociais, diminuindo o trabalho formal e eliminando o registro em carteira, implicam em mudanças no “valor trabalho” enquanto realização econômica e sócio-cultural. Entre essas mudanças, assinala-se a transferência da cidadania cada vez mais para o “consumo”. Também acarretam essas mudanças, em enfraquecimento de qualquer tipo de organização coletiva dos trabalhadores, deterioração das relações sociais e fortalecimento do individualismo. “Toda essa complexidade gera o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes” HARVEY, D. (1993:145). “A sociedade salarial é uma construção histórica que realizou uma montagem entre trabalho e proteção, na qual o trabalho é o principal fundamento de cidadania” tanto econômica como social; o trabalho também representa a participação de cada um na produção social e é o meio pelo qual se constroem os direitos e deveres sociais. Toda essa construção entra em crise pela reaparição dos “trabalhadores sem trabalho”, os quais simbolizam uma profunda mudança e tornou o futuro imprevisível” CASTELLS (1995) Apud Carleial (1997:19).

A mobilidade de capital e trabalho inscrevem-se basicamente numa matriz comandada pelas novas tecnologias.

Organograma 1: MOBILIDADE DO TRABALHO E DE CAPITAL DECORRENTE DA DIFUSÃO DE NTIC2



Fonte: Organograma elaborado pela Profª Ana Clara Torres Ribeiro; palestra no LASTRO - IPPUR - set. 1997

“O terciário é uma das pernas do triplé em que se divide o trabalho, é o nervo vital da interação entre os setores” MOREIRA: (1993:93). As relações sociais também dependem, em parte, da organização sócio-espacial do território. Existem conflitos no processo de inclusão/exclusão, os quais se manifestam de alguma forma entre o espaço abstrato, concebido, global e estratégico e o espaço imediato, percebido e vivido. “No plano institucional, as contradições se fazem presentes entre os planos de ordenação do território e os projetos parciais dos agentes espaciais” LEFÉBVRE, (1976:42).

### Transformações Atuais

A partir do começo dos anos 90, projetos macro econômicos são concebidos para a região, visando o reordenamento do território. Com a emancipação de Belford Roxo, Queimados e Japeri, cada município emancipado passa a tentar criar um pólo de desenvolvimento ou fortalecer o seu projeto político econômico. Assim, Nova Iguaçu perde parte expressiva do setor industrial, a exemplo da Bayer e do

<sup>2</sup>. NTIC: Novas Tecnologias de Comunicação e Informação.

distrito industrial de Queimados, perdendo com isso na geração de renda e de emprego no setor industrial, além de impostos recolhidos. O processo de modernização em curso na escala do país, de alguma forma afeta essa região. No que se refere às vias de transporte, em primeiro lugar, a construção da Linha Vermelha facilitando o acesso ao Rio de Janeiro e diminuindo o tempo de deslocamento. Em contrapartida, os transportes de massa foram menos favorecidos. Recentemente, foi construída a via Light, que faz a conexão Nova Iguaçu-Pavuna, cortando basicamente S. João do Meriti e Nilópolis. Esse projeto articulado com o metrô, que faz a conexão da Baixada Fluminense através da rede que liga Pavuna ao centro metropolitano, potencializando o desenvolvimento regional. Há um projeto de construção de uma rodovia estadual (RJ-109), ligando Caxias ao Porto de Sepetiba e cortando o território iguaçuano, que possibilitará o escoamento de produtos destinados à exportação, além da circulação sub-setor, de uma grande massa de mercadorias ao nível regional e estadual, aquecendo os serviços da região. Essas investidas econômicas através do grande capital e dos poderes públicos, no sentido de articular o local ao regional e ao global, promove, por sua vez, a privatização do território. Ao mesmo tempo que elimina fronteiras e promove alguns setores sociais, também isola os excluídos do acesso ao mundo “fantástico” das novas tecnologias e do divertimento padronizado nos shopping-centers.

As transformações atuais no âmbito das relações economia-espaço estão associadas a intensas mudanças nas relações capital/trabalho. Dependendo da evolução histórica e social do lugar e do seu nível de desenvolvimento econômico e político, as articulações entre consumo de mercadorias e serviços podem criar “novas” fantasias, amortecendo conflitos e camuflando o medo do amanhã sem emprego, sem salário ou sem trabalho, mesmo que este seja no setor informal. De fato, nessa transformação rápida nos processos produtivos, o econômico encontra-se inserido em toda ação cultural e comportamental. O que predomina é “viver” o “tempo presente”, sendo o futuro cada vez mais incerto.

### **O Trabalho no Terciário em Nova Iguaçu**

Calcula-se, pelos dados do CIDE, que em 1996 Nova Iguaçu conta com uma PEA (População Economicamente Ativa) de 320 mil trabalhadores, sendo que os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho apresenta 98 mil registrados. Destes, 36% nos serviços, 24% no comércio, 22% na indústria e 3% na construção civil. Segundo os dados do CIDE para o mesmo ano, há em Nova Iguaçu 72.821 empregados, em 5.373 estabelecimentos. Em 1993 eram 98.000 (as emancipações de Belford Roxo, Queimados e Japeri, em 1993, retiram parte desse contingente da contagem de Nova Iguaçu). Em nossas pesquisas podemos evidenciar que cerca de 80% desses estabelecimentos contam com no máximo dez empregados e, 58% contam com apenas cinco empregados, cujos dados comprovam uma existência predominante de pequenas empresas, sendo grande parte dessas, de economia familiar. Esse tipo de organização pressupõe relações de trabalho diferenciadas das induzidas pela globalização. Entretanto, enfrenta a questão da produtividade, da competitividade nos preços e qualidade dos serviços, quando comparadas com as grandes empresas instaladas em shopping-centers. Criou-se, assim, dois pólos: um primeiro mantém-se no centro da cidade e configura-se como mais tradicional; o segundo pólo está localizado no Top-Shopping ou em suas imediações, no raio das proximidades da nova modernização urbana, nas imediações da Via Light. Entretanto, o centro também aponta para a criação do Shopping-a-Ceú-Aberto, através dos incentivos do governo municipal, dando início a um novo processo de transformação do espaço para competir com o pólo criado em torno do Top Shopping. Essas mudanças certamente darão maior incremento às mudanças já existentes nas relações de trabalho neste setores.

Em recente palestra ministrada na Universidade Federal Fluminense (UFF), MILTON SANTOS assinalou que “nada se faz hoje sem conhecer o território” (15/03/99). Conhecer o território significa conhecer os processos atuais de modernização que ali se instalam, o conjunto de possibilidades, como estas se combinam, os conflitos decorrentes da polarização entre o “novo” e o “tradicional” e as mudanças nas relações de trabalho vinculadas às possibilidades de expansão da economia.

Em Nova Iguaçu a ausência de uma industrialização impediu que o setor terciário formal se desenvolvesse e que as ocupações mais qualificadas se multiplicassem. A região foi apenas alcançada por impulsos de globalização que atingiram parte do comércio e dos serviços, dadas as características de industrialização periférica. Por conta disso, constata-se, hoje, a dificuldade de geração de novos empregos no setor terciário e o avanço das ocupações nesse espaço. Em busca da modernização, os processos de reestruturação do comércio e serviços acabam afetando o mundo do trabalho; demissões, novos tipos de admissão, variabilidade da remuneração, polivalência e maior qualificação do trabalhador, eliminação de conquistas e subcontratações.

A distribuição da força de trabalho em Nova Iguaçu em 1996, indica que 60% de PEA se encontrava inserida no comércio e nos serviços. Entretanto, os serviços ocupam um percentual maior (36%). Considere-se a existência de interfaces entre os dois setores, visto que comércio e serviços às vezes atuam juntos, numa mesma unidade, usando os mesmos funcionários para duas ou três atividades diferentes. Nos dados do Ministério do Trabalho (1996), os setores econômicos que criam emprego em Nova Iguaçu, no ano em referência, são o comércio, com 665 vagas e os serviços com 1.492 vagas.

Esses indicadores são motivadores para os investimentos do poder público no sentido de modernizar o espaço para o terciário, usando também a retórica da oferta de emprego. O comércio e os serviços do centro de Nova Iguaçu contam, atualmente, com cerca de 2.100 unidades com aproximadamente 30 mil funcionários. No Top Shopping há 180 lojas com 2000 funcionários. "Dentre os municípios da Baixada Fluminense os que mais se destacaram em termos de número de estabelecimentos e de número de empregados em 1993 foram Nova Iguaçu, 5.373 estabelecimentos e 72.821 empregados, e Duque de Caxias, 4.498 e 81.834 respectivamente" (Ministério do Trabalho – RAIS – 1993). Os estabelecimentos do comércio e dos serviços concentrados em Nova Iguaçu (73,9% do total) e em Duque de Caxias (67,3%), são em sua maioria micro e pequenas empresas.

No que se refere à mobilidade no emprego, em 1996 ocorreram 15.355 admissões contra 13.863 demissões. Aparentemente esses dados demonstram aumento do número de trabalhadores no comércio. Segundo depoimentos, ocorrem em média 30 homologações por dia, acompanhadas pelo sindicato. Isso daria aproximadamente 7.200 homologações por ano. Provavelmente, parte considerável desse contingente não volta ao emprego formal. Nos dados do Ministério do Trabalho podem estar incluídos as estatísticas de parte dos trabalhadores oriundos da indústria de transformação e/ou de parte dos que ingressam no terciário na condição de primeiro emprego formal. As empresas modernas oferecem melhores condições de trabalho através de restaurante próprio e prêmios. Entretanto, em raros casos a modernização projetada se dá por completo. Há uma variedade de modalidades e o predomínio ainda é das relações mais tradicionais.

Deve-se ressaltar que a formalização das relações de trabalho no comércio de Nova Iguaçu ocorre no momento em que a informalização do trabalho predomina nos centros metropolitanos. Isso significa que quando os centros já estão noutra etapa das relações de trabalho, a periferia urbana ainda está recebendo antigas formas sociais em seu território.

Há cerca de 20 a 30 anos atrás, o trabalho no comércio era escolhido para o primeiro emprego, sendo depois procurada a transferência para outra atividade. Uns conseguiam fazer essa transferência, mas outros faziam do comércio uma carreira. Atualmente, isso não se dá da mesma forma. Em geral exige-se uma formação especializada do trabalhador para o comércio.

Em Nova Iguaçu, o crescimento do contingente de "trabalhadores sem trabalho" introduziu novas relações e conflitos. Nesse espaço da baixada fluminense, as "virações" já existiam antes dos anos 80, porém se acentuaram a partir da nova onda de modernização técnica e pela involução da metrópole. Antes, as denominadas "virações" significavam quase sempre a busca de um complemento do salário. Agora, são formas exclusivas de sobrevivência, em decorrência do aumento do desemprego, do congelamento salarial e da elevação do custo de vida. Esse espaço, cuja função anterior era de reserva de mão-de-obra, "cidade dormitório", tenta modernizar atividades do setor terciário, alterando a sua função para a acumulação através da especialização. Portanto, ensaia-se localmente, o comando das atividades regionais, promovendo a alteração de suas relações políticas e econômicas com a metrópole e com os municípios vizinhos. Nesse contexto, a força de trabalho local, nem sequer tem o tempo necessário à sua adaptação aos novos tempos, de modo a evitar a sua exclusão massiva desse processo.

### ***Como funcionam os ensinos médio e técnico?***

Os dados demonstram que da PEA de Nova de Nova Iguaçu, apenas 5% dos chefes de família contam com o 2o grau e 2% com o curso superior, um indicador agravado pela ausência de investimentos dos poderes públicos no ensino médio e superior. Ressalte-se, que apesar da existência do SENAI, SENAC e Escola Técnica Estadual, essa área é dominada por políticos empresários da educação privada da região. A juventude atual conta com reduzidas possibilidades de acessos a este nível de ensino o que, de algum modo, dificulta-lhe a entrada no mercado de trabalho formal.

**Tabela.1 Número de matrículas no 2º Grau – Nova Iguaçu (1995-1996)**

Unidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Estado	406.477	11.968	232.067	22.040	140.372
RMRJ	305.275	7.809	172.282	8.351	116.833
N. Iguaçu	23.826	---	10.517	4.474	8.835

Fonte: CIDE: 1995/96

No 2º grau, em Nova Iguaçu, em 1995-96, foram matriculados 23.826 alunos. Desses, 10.517 em escolas estaduais; 4.474 em escolas municipais e 8.835 em escolas particulares. A qualidade do ensino também deve ser considerada. Tanto o ensino público quanto o ensino privado, na periferia, não seguem em geral os mesmos padrões de qualidade observados no núcleo metropolitano. Recentemente os cursos de informática e de línguas se expandiram, entretanto, não há expansão do ensino público profissionalizante.

O número de jovens é elevado, já que 40% da população tem menos de 20 anos. As dificuldades de acesso a patamares mais elevados de educação formal contribui, fundamentalmente, para a exclusão dos trabalhadores do setor formal, o que vem se agravando, no município, nos últimos anos.

Aproximadamente 70% do trabalho no comércio é exercido por mulheres. Estas, se inserem no mercado em condições discriminatórias e inferiores à dos homens. Quase sempre não ocupam os cargos de comando, os salários são menores e quanto se trata de licença de maternidade ou creches para os filhos, esses direitos são geralmente dificultados ou negados. Ainda que tenham direitos aparentemente iguais, em termos de comissões e prêmios, há também fatores micro sociais que às relegam a um segundo plano.

## CONCLUSÃO

A mobilidade da força de trabalho depende das condições espaciais herdadas e novas. Portanto, os espaços periféricos, contando com menores recursos de formação educacional e profissional, estão mais expostos ao processo de exclusão dos trabalhadores, quando comparados aos núcleos metropolitanos. Ocorrem na atual modernização, dois movimentos em duas escalas de tempo muito distintas. O movimento da técnica obedece a um movimento de tempo escalar imediato, global e presente; enquanto que o movimento social necessita de uma escala de tempo mais ampla. Essa defasagem entre o tempo da técnica e o tempo das adaptações da sociedade periférica ao novo patamar da acumulação, resulta em segregação espacial. O modo de produção capitalista necessita identificar diferenças regionais e locais que lhe permitam maximizar o lucro. Na atual fase, o que está em relevância são os espaços do consumo e dos negócios, ressaltando-se as inovações nos serviços e no comércio, no âmbito da nova divisão regional do trabalho.

Sem dúvida, atualmente, contratos parciais de trabalho, diferenciações salariais, baixo nível de organização sindical fazem parte de um processo de alteração no trabalho que expressa o recuo do Estado de seu papel de negociador das relações capital/trabalho.

O trabalho no comércio e nos serviços revela maior heterogeneidade em relação ao trabalho no setor secundário. As mudanças do centro não chegam ao mesmo tempo à periferia. "O desenvolvimento econômico é oligárquico e não igualitário e como consequência somente uma minoria é beneficiada... a pobreza é incompatível com o crescimento rápido se esse é de origem recente" SANTOS, M (1979:150-2).

## BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, Jean. (1971). Para uma crítica da economia política do signo. Lisboa. Edições 70. 1971.
- CANCLINI, Nestor García (1996). Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ.
- CARLEIAL, Liana M. Frota (1997). "Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão do trabalho". "Trabalho em Tempos de Novas Tecnologias". *Revista Proposta* nº72, março/maio de 1997, pp. 14-20.
- CASTELLS, M. (1986) "Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão do trabalho". São Paulo. *Espaço e Debate* nº17. Pag. 5-23.
- \_\_\_\_\_ (1995). In: CARLEIAL, Liana M. Frota (1997). "Trabalho em Tempos de Novas Tecnologias". *Revista Proposta* nº72, março/maio de 1997, pp. 14-20.
- CIDE \_ Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (1997). "Baixada Fluminense: aspectos Sócio-Demográficos", Atividades Econômicas. Mimeo.
- FOUCAULT, Michel (1991). Tecnologias del yo y otros textos afines. Barcelona. Ed. Paidós/I.C.E-U.A.B.
- Gaudemar, Jean-Paul (1977). Mobilidade da força de trabalho. Lisboa: Editorial Estampa.
- HARVEY, D. (1993). Condição Pós-moderna. São Paulo. Ed. Loyola.
- HOBSBAWN, Eric (1995). A Era dos Extremos. São Paulo. Cia de Letras

- LEFÉBVRE**, Henry (1976). Espaço y Política. Barcelona. Ediciones Península.
- MARX**, Karl (1973). Elementos Fundamentais da la Crítica de la Economia Política (borrador) 1857-1858. Siglo Veintiuno Argentina Editores, vol. I.
- \_\_\_\_\_(1996). A ideologia alemã. São Paulo. Ed. Hucitec. 10ª edição.
- MTPS** \_ Ministério do Trabalho e da Previdência Social.. "Evolução do Emprego por Atividades Econômicas: comportamento do emprego formal. Agosto, 1996. mimeo
- NOVA IGUAÇU**, Prefeitura da Cidade de (1998). Folder para distribuição externa elaborado pela Assessoria de Comunicação Social. Dados Econômicos e Sociais.
- RIBEIRO, A. C. T. (1986). "Crise e questões estratégicas em áreas metropolitanas". In: Bernardes, Júlia Adão. Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise. Rio de Janeiro. UFRJ. P. 68-73.**
- \_\_\_\_\_(1996). "Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista. Rio de Janeiro. UFRJ – IPPUR (mimeo). 19 pp.
- \_\_\_\_\_(1996). Urbanidade e Vida Metropolitana. Rio de Janeiro. Jobran Ed.
- Santos**, Milton (1979). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos. 1ª ed., Vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_(1986). "Circuitos espaciais da produção: um comentário." In A construção do Espaço, ed. Maria Adélia Santos. 1ª ed., Vol. 1. S. Paulo: Livraria Nobel
- \_\_\_\_\_(1991). Metamorfoses do espaço habitado. 2ª ed., Vol. 1. SP: Hucitec.
- \_\_\_\_\_(1996). A Natureza do Espaço. S.Paulo. Ed. Hucitec.
- SILVA**, Cátia Antonia da (1996). **Novas Relações Entre Espaço e Cultura: filmes em videocassete e vida urbana**. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ
- TAUILE**, José Ricardo (1997). "Globalização, Tecnologia de Informação e Inteligência Social: uma reflexão sobre as possibilidades desse país". **Revista Proposta** nº72, pp 22-29.